



4º EPPAC

Encontro de Políticas Públicas para a Pan-Amazônia e Caribe

13, 14 e 15
Set / 2017

Boa Vista / Roraima - Brasil

CONFLITOS GEOPOLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS: GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E TERRITÓRIO NA TRÍPLICE FRONTEIRA- AM

Leny Cristina Barata Souza¹
Adriana Dorfman²

RESUMO: O final do século XX é marcado por uma des-ordem mundial e alguns dos primados do equilíbrio de poder entre os Estados Nacionais, a soberania, está sendo questionado em nome de uma nova dimensão política: a fragmentação de territórios, o que possibilita uma constante construção, desconstrução e reconstrução de territorialidades, quando pensamos nas novas formas de produção e apropriação do espaço geográfico pelos diversos sujeitos sociais. A proposta desse trabalho é fomentarmos uma discussão sobre a gestão dos recursos hídricos, tendo em vista que a Amazônia possui a maior disponibilidade de água doce do planeta e portanto estratégica, quando pensamos em soberania, que está associado ao uso e apropriação dos recursos naturais para e no território. A região do Alto Solimões está localizada a oeste do estado do Amazonas, na tríplice fronteira(Brasil, Peru e Colômbia) e possui uma expressiva diversidade de povos indígenas, portanto uma rica pluralidade de culturas, e por entendermos que mais que um marco jurídico, o território possui diferentes e complexas dinâmicas socioculturais e políticas dos povos que os habitam e que são de fato responsáveis por sua definição e caracterização o que nos faz acreditar numa construção simbólica de diversas identidades. Diante dos argumentos apresentados, o Alto Solimões nos instiga a possibilidade de uma investigação profícua.

Palavras- chaves: cultura, Estado Nação, fronteira, soberania, território e territorialidade.

ABSTRACT:The end of the twentieth century is marked by a world order and some of the primacy of the balance of power between national states, sovereignty, is being questioned in the name of a new political dimension: the fragmentation of territories, which allows a constant Construction, deconstruction and reconstruction of territorialities, when we think of the new forms of production and appropriation of the geographical space by the various social subjects. The proposal of this work of this to foment a discussion about the management of water resources, considering that the Amazon has the largest availability of fresh water on the planet and therefore strategic, when we think of sovereignty, which is associated with the use and appropriation of resources Natural resources for and in the territory. The region of Alto Solimões is located to the west of the state of Amazonas, on the triple border(Brazil, Peru and Colombia) and has an expressive diversity of indigenous peoples, thus a rich plurality of cultures, and for understanding that more than a legal framework, the Territory has different and complex sociocultural and political dynamics of the peoples who inhabit them and who are in fact responsible for their definition and characterization which makes me believe in a symbolic construction of diverse identities. Faced with the arguments presented, the Alto Solimões instigates the possibility of a fruitful investigation.

Keywords: culture, nation state, frontier, sovereignty, territory and territoriality.

¹ Licenciada em Geografia (Universidade Federal do Amazonas- UFAM) e Doutoranda em Geografia (Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS) na linha de pesquisa de Análise Territorial.

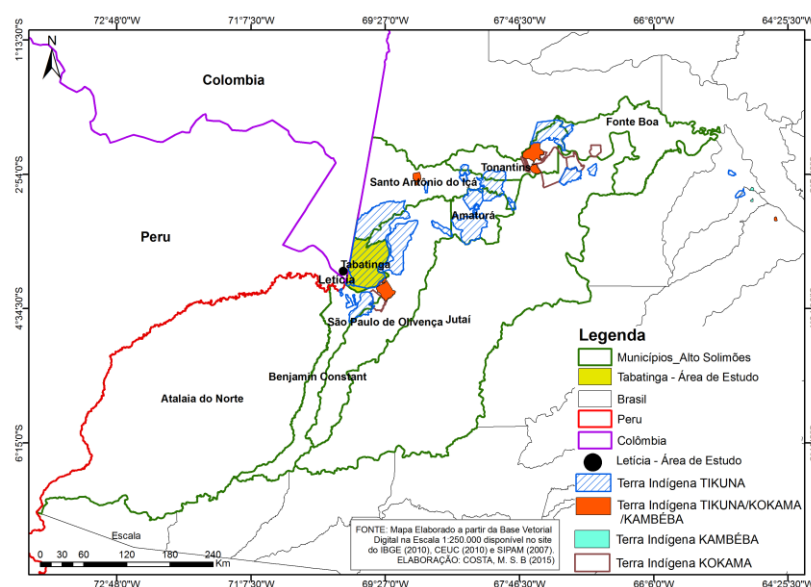
² Professora Adjunta do Departamento de Geografia da UFRGS e do Programa de Pós Graduação em Geografia; coordenadora do Unbral Fronteiras.

INTRODUÇÃO

A Nova Ordem Internacional, está associada a Geopolítica mundial e não visa somente a apropriação direta dos territórios, mas sim o poder de influir na decisão dos Estados sobre o seu uso e seus recursos, é nesse contexto que a Amazônia assume um novo papel se inserindo no séc. XXI como capital de realização atual ou futura e como fonte de poder para a ciência contemporânea. (BECKER, 2009a).

Considerando que nos últimos anos consolidou-se um novo entendimento para construção e implementação de políticas de planejamento do uso e ocupação do território na Amazônia Brasileira (AB'SABER, 2004) e sendo o Alto Solimões uma região que apresenta a maior diversidade cultural e étnica, decorrente da convivência de três nacionalidades na fronteira política Peru e a Colômbia, onde é forte a mobilidade espacial em torno de Tabatinga e Leticia (área de pesquisa, conforme figura abaixo), questiona-se se a gestão dos recursos hídricos e o uso do território podem fomentar conflitos nesta região, tendo em vista ser uma região de fronteira e compartilhando com José Martins de Souza, 2009, entendemos que de modo algum a fronteira se reduz e resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (marcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano.

Em consonância com o questionamento posto acima, esta proposta de trabalho parte da consideração de que o contexto transfronteiriço está em constante disputa e a construção de territórios e territorialidades deve ser observada a partir dos diversos sujeitos sociais envolvidos, problematizando as ações de dominação e exploração, tanto política quanto econômicas, mas principalmente, enfatizando as diversas formas de resistência e de redefinições territoriais e das relações interétnicas operadas pelos povos indígenas.



OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Compreendermos a dinâmica da gestão dos recursos hídricos em consonância ao uso do território dos povos indígenas no Alto Solimões

Objetivos Específicos

Fomentarmos uma discussão sobre o acesso à terra e a água, envolvendo direitos territoriais dos povos indígenas; Fazermos uma discussão sociopolítica sobre a intensificação da ação ilegal de madeireiros, grileiros, garimpeiros, empresas mineradoras envolvendo terras indígenas; Construímos um mapeamento dos conflitos por terra e água, no Alto Solimões.

REFERENCIAL TEÓRICO E ANÁLITICO

As recentes mudanças ocorridas na forma de conceber a natureza têm promovido novas formas de relações sociedade-natureza. Neste contexto as relações sociais também se modificam, pois não tem como pensar o social e o natural como processos isolados. Neste aspecto quando pensamos os conflitos geopolíticos contemporâneos, entendemos que os mesmos envolvem disputas por recursos naturais, cuja existência está diretamente relacionada ao uso que se faz desses recursos.

Existem temas que são característicos das regiões de fronteira, tais como fluxos migratórios e de trabalhadores, águas fronteiriças, comércio transfronteiriço, condições para o transporte de mercadorias, infraestrutura de comunicação, exploração de recursos naturais, disputas por terras, entre outros. (SEONE, 2009). Nosso interesse nesta proposta de projeto é fazer uma discussão da gestão dos recursos hídricos e o uso do território no Alto Solimões.

Um dos desafios analíticos que emergem nesse projeto é rediscutir o conceito de Estado-Nação para reconstruir o conhecimento dos processos de configuração do espaço fronteiro na Amazônia especificando o sentido de conceito de fronteira que desejamos trabalhar.

Para o Estado moderno, a fronteira é concebida como uma questão de segurança nacional, já que é garantia da soberania e da integridade territorial do país. A partir dela o Estado tem o controle sobre o seu território, que é regido pelas leis internas, ao mesmo tempo em que controla a entrada e saída do seu território, que segundo Raffestin, 1993, os limites muitas vezes parecem arbitrários, no entanto, ainda que sejam convencionados, refletem o resultado do jogo de forças em um dado momento histórico, e fazem parte de um projeto sociopolítico. A fronteira no Alto Solimões é, sobretudo, uma fronteira de culturas com uma diversidade de etnias, que perpassa os limites jurídicos- institucionais.

A fronteira é em geral concebida a partir das estratégias e interesses do Estado central, porém devido a algumas transformações nas últimas décadas, ela passa ser em certa medida, idealizada e transformada, também, pelos povos de fronteira e pelos governos subnacionais. Isto

ocorre em áreas de fronteira não militarizada e em que não há presença de muro nas linhas limite, e sim, uma relação amistosa entre os países fronteiriços, o que permite a participação de outros sujeitos sociais além do governo central nas decisões sobre fronteira.

Nesta perspectiva, trata-se da possibilidade real de comunidades locais estenderem sua influência e reforçarem sua centralidade além dos limites internacionais sobre a faixa de fronteira (MACHADO E STEIMAM, 2008, pg.08). Estas transformações são mais informais e de intercâmbio com as comunidades vizinhas locais, mas também são impulsionados por políticas nacionais e de integração regional, e pelo próprio funcionamento do sistema econômico que faz com que o limite territorial assuma “não só o papel regulador, mas de produtos de rede de intercâmbio de todo tipo” (MACHADO, 2005, p.252).

A concepção de Estado-Nação moderna e sua expressão de fronteira exclusiva e linear são usualmente associadas aos conceitos de soberania e ao princípio de controle territorial. Nesse sentido, as fronteiras entre Estados podem ser analisadas, ao mesmo tempo, como instituições e processos. As primeiras são produtos de decisões políticas e reguladas por textos legais (tratados internacionais), enquanto processos expressam a instrumentação das políticas do Estado, os quais são restringidos pelo grau de controle efetivo que ditas políticas têm sobre a mesma fronteira estatal e atuam como marcas de identidade nacional, ou como sugere Benedict Anderson (1993) como “comunidades imaginadas”.

O predomínio das explicações que enfatizam o Estado- Nação como ator principal para abordar as relações e os conflitos nas fronteiras entre Estados vem sendo substituída por marcos de análises mais flexíveis e adequados, como as concepções de territorialidade, fruto das relações sociais, políticas, econômicas e culturais para e no território.

O conceito de território surgido no âmbito da Geografia, mas também discutido do ponto de vista antropológico, requer uma perspectiva analítica capaz de transcender o nível puramente espacial ou geográfico, pois esta limitação é insuficiente para dar conta das diferentes e complexas dinâmicas socioculturais e políticas dos povos que os habitam, pois são de fatos responsáveis por sua definição e caracterização.

Neste sentido compartilhamos com a concepção defendida por Haesbert (2004) onde o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.

Esse autor enfatiza a necessidade de uma visão do território a partir da concepção de um espaço como um híbrido- híbrido entre sociedade e natureza entre política, economia e cultura, entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço, como nos induzem a pensar geógrafos como Milton Santos e Jean Gottmam, na indissociação entre movimento e relativa estabilidade. É o que podemos chamar de fixos e fluxos, portanto o território pode ser concebido a

partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.

Dentre as diversas definições de território, as mais difundidas e que marcam a tradição dos conceitos são aquelas que enfatizam sua ligação com relações de poder, ou seja a sua dimensão política. Claude Raffestin e Robert Sack são dois autores fundamentais dentro deste enfoque, mas que não restringem a dimensão política ao papel dos Estados, nem ignoram a interseção com as dimensões econômica e cultural da sociedade (HAESBERT, 2004, pag. 83)

Temos clareza que o homem não pode viver sem território e que a sociedade não pode existir sem territorialidade, como se o movimento de destruição dos territórios não fosse sempre de algum modo sua reconstrução em novas bases (HAESBERT,2004).

Territorialidade significa que o território carrega sempre de forma indissociável uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômica e política.

Segundo Raffestin territorialidade é o conjunto de relações estabelecidas pelo homem enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade, através do auxílio de mediadores ou instrumentos.

As considerações sobre Fronteira, Estado- Nação território e territorialidade são importantes quando se busca entender a gestão dos recursos hídricos no Alto Solimões em consonância ao uso do território, pois nas últimas décadas o assunto água ganha sua dimensão devida, pois seu valor passa ser estratégico, seja devido ao caráter de bem econômico e a conseqüente ambição das empresas do setor seguida pelas pressões destas sobre governos e organismos internacionais, seja devido ao caráter estratégico de consumo, seja ele humano ou nas mais variadas formas de produção. Segundo Claude Raffestin (1993), são as várias utilidades da matéria que interessam aos homens. Ribeiro (2004) também citando Raffestin destaca a importância dos recursos naturais para um país pleitear a condição de potência. De acordo com Becker (2003) “uma verdadeira hidropolítica se configura no cenário mundial”

Aproximadamente, 20% das reservas hídricas mundiais estão localizadas em território brasileiro e desse montante 70% na Amazônia. É importante lembrar que parte significativa desse volume de água se encontra na forma gasosa, (COSTA, 2003). Também concentra 1/3 das florestas tropicais do planeta possuindo assim a maior biodiversidade mundial.

É fato que uma região tão bem dotada de recursos desperte interesses mais variados. Quadro que se complica quando nos referimos a uma região partilhada por 8 países. Por ser uma região bastante remota, as fronteiras desses países sempre foram entendidas como áreas de possíveis conflitos. É fundamental entendermos a importância dessas áreas na região Amazônica, pois essas regiões devem fazer parte de um projeto nacional. Elas perfazem um total de mais de 12.000 km de fronteira ou mais de 77% das fronteiras brasileiras.

Quando os colonizadores europeus chegaram à Amazônia no século XVI, a região estava povoada por diversos povos indígenas. O encontro entre europeus e estes povos levou ao genocídio de milhares de indígenas.

Os diversos povos, com suas diferentes culturas e línguas, que habitavam a Amazônia, em geral viviam próximos às águas. Os inúmeros cursos d'água que existem na imensa Bacia Amazônica foram fundamentais para a ocupação dos povos indígenas. E posteriormente, com a chegada dos europeus para a colonização desta região, pois foi através dos rios que eles começaram a ocupar a Amazônia. Como se pode observar a questão hídrica foi preponderante na ocupação da Amazônia e nos dias atuais a discussão da gestão dos recursos hídricos é bastante pertinente, principalmente por estarmos nos referindo a uma região de fronteira, especificamente no Alto Solimões.

Segundo Becker (2009) é forte a presença de populações indígenas, caboclas e de forças militares nesta região, que é também marcada pela vulnerabilidade das fronteiras políticas com Colômbia, Peru e Bolívia. Cabe nos chamar atenção pelo fato de que a mesorregião do Alto Solimões, abrange terras tradicionalmente ocupadas justapostas aos territórios colombiano e peruano, cujas populações indígenas e ribeirinhas perpassam as jurisdições territoriais e políticas.

Notocante as características sociais e espaciais do Alto Solimões, é uma região que apresenta a maior diversidade cultural e étnica, decorrente da convivência de três nacionalidades na fronteira política com o Peru e a Colômbia, onde é forte a mobilidade espacial em torno de Tabatinga e Letícia. Ademais, as populações ribeirinhas e extrativistas são significativas e os núcleos urbanos relativamente mais numerosos.

Quanto a sua composição, o Alto Solimões é composto por dez municípios: Tabatinga, Benjamim Constant, São Paulo de Olivença, Atalaia do Norte, Santo Antônio do Iça, Amaturá, Tonantins, Jutai, Tonantins e Fonte Boa, com uma área de 214.217,80Km² e uma população estimada em 211.071 habitantes, segundo o Sistema de Informações Territoriais do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário).

Atualmente, os povos indígenas do Alto Solimões vivem em terras indígenas, cujas áreas somadas perfazem 10.400.415 hectares. A maioria delas já está demarcada, mas existem por parte das associações indígenas movimentos pleiteando tanto a criação como a ampliação de terras indígenas. Essa demanda decorre do tamanho diminuto e descontínuo da maioria das terras demarcadas no período ditatorial e pelo fortalecimento da identidade étnica de alguns povos da região. Há também um considerável número de famílias indígenas que moram nas sedes dos municípios da região para onde se deslocam em busca de serviços de saúde e de educação.

Como afirma Meliatti (2009), a região do Alto Solimões foi constantemente marcada pela disputa por fronteiras, quer fossem entre Portugal e Espanha no período colonial, entre Peru e Colômbia, com a exploração da borracha no século XX. Em meio a essas disputas, os povos

indígenas Ticuna, Kocama, Cambeba e Witoto, que independente das fronteiras, ocupava a região, foram sendo rápidos e violentamente atacados.

As notícias sobre os povos que viviam no Alto Solimões advêm ainda nos relatos das missões jesuíticas espanholas, constantemente ameaçadas pelo avanço dos portugueses em busca de índios para escravizar, sendo que com a expulsão dos jesuítas essas ações se intensificaram, assim como a resistência indígena. Povos numerosos e combatentes, como os Omágua (chamados Cambeba no Brasil), foram quase inteiramente dizimados e muitos se deslocaram para longe das margens dos rios, onde foram mais intensamente caçados. O contingente indígena que vivia nas áreas de várzea dos principais rios da região, no final do século XVIII já se encontrava muito reduzido (MELATTI, 2009).

A confluência dos rios Javari e Solimões, na região denominada tríplice fronteira (Brasil, Peru e Colômbia), pode ser entendida como palco privilegiado, onde muito antes da chegada dos europeus, estabelecia-se intenso contanto, amistoso e de guerras, entre povos indígenas diversos e numerosos (PORRO,1992), detalha através dos relatos dos primeiros espanhóis e portugueses que lá chegaram, a existência de aldeias que se sucediam ao longo de ambas as margens do Solimões e em todas elas a existência de grande quantidade de indígenas. Os relatos dos viajantes mencionavam ainda a presença de chefes importantes, de cerâmicas policromadas, de tecidos ricamente adornados, da existência de farta alimentação como as tartarugas que recobriam as ilhas fluviais.

Entende-se que os múltiplos usos dos recursos florestais e hídricos e a variedade de agentes sociais evidenciam a complexidade dos fenômenos associados a sociodiversidade amazônica e as estratégias diferenciadas dos povos indígenas face a seus direitos territoriais.

A formação dos países e das fronteiras na bacia Amazônica, bem como a história de sua ocupação e integração é destacado pelas formas de domínio e controle sobre o território amazônico. Faz-se necessário uma perspectiva crítica para se analisar como as construções geopolíticas de uma Amazônia como um “vazio demográfico”, serviram para justificar uma forma de ocupação da região que gerou diversos impactos ambientais e sociais em especial para os povos indígenas. Essas construções geopolíticas simplificaram as redes e sistemas socioecológicos e obscureceram conflitos socioambientais, para implementação de suas estratégias de segurança e defesa, sempre em nome da soberania nacional. Assim as realidades dos povos indígenas foram obscurecidas pela imagem do “espaço vazio”, porque provavelmente a base do controle territorial era externo à região.

Longe de ser um “espaço vazio”, procura-se entender a região do Alto Solimões com um caráter político e estratégico, tendo em vista toda a diversidade étnica e cultural que a mesma apresenta, em particular os povos indígenas, que buscam autonomia com a constante construção de seus territórios e territorialidades no contexto de uma geopolítica contemporânea.

REFERÊNCIAS

- AB' SABER, Aziz. **Amazônia: do Discurso à Práxis**. 2ª edição. EDUSP, São Paulo, 2004.
- ANDERSON, Benedict. **Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism**. Londres: Verso 1983/1998, 224p. [em português: **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo**. Companhia das Letras, São Paulo, 1993.
- BECKER, Berta. **Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio**. Rio de Janeiro, Garamund, 2009.
- _____. **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002
- _____. **Geopolítica da Amazônia: A nova Fronteira de Recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- BENDAZZOLI, Sirlene: **Políticas Públicas de Educação Escolar Indígena e a formação de professores Ticuna no Alto Solimões**. Tese de Doutorado, USP, 2011.
- COSTA, Paulo Sérgio, Vânia Rúbia. Brasil: **Geopolítica de Ocupação efetiva, poder perceptível e dinâmica territorial atual** In: XI Encuentro de Geógrafos da América Latina, 2007, Bogotá.
- CONVENÇÃO nº 169 **sobre povos indígenas e tribais** e Resolução referente a ação da OIT/ Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito desterritorialização do “fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- MACHADO Lia Ozório: **Estado, territorialidade, redes- cidades gêmeas na zona de fronteira sul americana**. In, Silveira Maria Laura (org). **Continente em chamas: globalização e território na América Latina**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- _____. **O controle intermitente do território amazônico**, Terra Livre, 1997.
- _____. O ESTEIMAN, R. **Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórica- geográfica**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2002.
- MELATTI, Júlio César, Página do Melatt, disponível em: <http://UnB.br/ucs/dan/Julio>, 2009.
- PORRO, Antônio. **História indígena do alto e médio Amazonas: séculos XVI a XVII**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- _____. Antônio. **O povo das águas, ensaios de etno- história amazônica**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1996.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Ática, São Paulo, 1993.
- REIS, Rodrigo, **Territorialidade e Conflitos em fronteira: Os Matsés na fronteira Brasil- Peru**, apresentação no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Salvador, Bahia, ,2001.
- RIBEIRO, Wagner. **A Ordem Ambiental Internacional**. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. **Geografia Política da Água**. São Paulo: Annablume, 2008.
- .
- SANTOS, Milton: **Por uma outra Globalização**, RJ-SP, Record, 2008.

_____. **Território e Sociedade**. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2000.

SILVA, Reginaldo, **Conflitos por terra e água no Alto Solimões envolvendo povos indígenas e comunidades tradicionais**. Revista Ciência e Cultura, São Paulo, 2013.

SOUZA MARTINS, Jose de. **Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano**. Hucitec, São Paulo, 2009.